

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.551.844 - SP (2019/0219124-8)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : S DE O G R
ADVOGADOS : ELLIS FEIGENBLATT - SP227868
VICTOR ANDRADE MESQUITA E OUTRO(S) - SP397549
AGRAVADO : C R A M DE G R
ADVOGADO : MANOEL GERALDO DA SILVA PEREIRA E OUTRO(S) -
SP129907

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ITBI. FATO GERADOR. ACÓRDÃO RECORRIDO, CUJAS CONCLUSÕES SÃO INVIÁVEIS DE REVISÃO EM RECURSO ESPECIAL, ANTE A IMPOSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL (LEI MUNICIPAL PAULISTA 11.154/1991). SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto por S DE O G R, com fundamento no art. 105, III, alínea *a* da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS ADJUDICAÇÃO DE IMÓVEL DO EXECUTADO EM FAVOR DA ORA AGRAVANTE INCIDÊNCIA DE ITBI O FATO GERADOR DO TRIBUTO É A TRANSMISSÃO, A QUALQUER TÍTULO, DA PROPRIEDADE OU DO DOMÍNIO ÚTIL DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, COMO DEFINIDOS NA LEI CIVIL INTELIGÊNCIA DO ART. 35, INC. I, DO CTN A TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE OCORRE MEDIANTE O REGISTRO DO TÍTULO TRANSLATIVO NO REGISTRO DE IMÓVEIS (CC, ART. 1.245) - EM QUE PESE A ADJUDICAÇÃO TENHA SE DADO EM RAZÃO DE DÍVIDA DE NATUREZA ALIMENTAR, A TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE, PROVIDÊNCIA EFETIVAMENTE BUSCADA PELA EXEQUENTE, SOMENTE SE APERFEIÇOARÁ COM O RECOLHIMENTO DO ITBI - PRECEDENTES DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO (fls. 105).

2. Nas razões do seu Apelo Especial inadmitido, a parte recorrente, ora agravante, aponta ofensa ao art. 35, I do CTN, sustentando, em suma, que, *a adjudicação de imóvel tomado em pagamento por dívida de alimentos, sem qualquer tipo de retribuição (pagamento) pelo bem, é não onerosa, de modo a afastar a*

incidência do ITBI (fls. 112).

3. Sem contrarrazões (fls. 144), o recurso foi inadmitido na origem (fls. 145/146).

4. É o relato do essencial.

5. O inconformismo não merece acolhimento.

6. Observa-se que a análise e as consideração acerca de suposta ofensa ao art. 35 do CTN, tal como proposto nas razões do Apelo Nobre, não dispensaria a reinterpretação de legislação local, no caso, a Lei Municipal 11.154/1991, medida, contudo, obstada nesta Corte pelo comando da Súmula 280/STF. Confirmam-se, a propósito, o seguintes arestos nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BASE DE CÁLCULO DO ITBI. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. INCIDÊNCIA.

1. *O Tribunal de origem, ao analisar a matéria, fundamentou-se nas Leis municipais 14.256/06 e 11.154/91, assim como no Decreto municipal n. 46.228/05.*

2. *Incabível, pois, a análise do recurso especial ante a incidência, por analogia, da Súmula 280 do STF, que dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".*

3. *Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp. 992.905/SP, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 22.3.2017).*

2 2 2

RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/2015. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL. INTERPRETAÇÃO DE NORMAS LOCAIS. SÚMULA 280/STF.

1 *O Tribunal de origem valeu-se de fundamento constitucional e da análise de legislação local (Lei nº 11.154/91; Decreto Municipal nº 46.228/05; Lei 14.256/06) para solucionar a controvérsia relativa*

Superior Tribunal de Justiça

à base de cálculo para recolhimento do ITBI. Assim, por um lado, a insurgência esbarra na Súmula 280/STF; por outro, a ausência de interposição de recurso extraordinário atrai a incidência da Súmula 126/STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp. 834.277/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 21.3.2017).

7. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo do Particular.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 25 de março de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR